



A INSTITUIÇÃO ARQUIVÍSTICA E O RESPEITO ÀS IDENTIDADES DOS SUJEITOS SOCIAIS

THE ARCHIVISTIC INSTITUTION AND RESPECT TO THE IDENTITIES OF SOCIAL SUBJECTS


Ana Claudia Medeiros de Sousa - UFBA¹

 0000-0002-5478-1813

Raquel do Rosário Santos - UFBA²

 0000-0002-1469-0765

Henriette Ferreira Gomes - UFBA³

 0000-0003-1666-0022

RESUMO

A instituição arquivística, enquanto ambiente de mediação da informação e de mediação da cultura, deve contemplar a singularidade dos sujeitos que demandam ações que reflitam suas experiências e relações com a informação e seus dispositivos, além de buscar representar elementos de formação identitária desses sujeitos, para que os serviços arquivísticos possam lhes fazer sentido. Nessa conjuntura, o estudo teve como objetivo evidenciar, a partir das concepções da mediação da informação e da mediação cultural, o papel da instituição arquivística e de suas práticas no reconhecimento das identidades dos sujeitos e na contribuição para o protagonismo social. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica que se pauta nos estudos de identidade e memória estabelecendo uma relação de aproximação com os conceitos de mediação da informação e mediação cultural. Entre os resultados, observou-se a necessidade de o arquivista atuar para além dos documentos que estão nos acervos, considerando o processo de identificação dos diversos anseios dos usuários e presentes no contexto sociocultural. Reitera-se que o arquivista pode realizar suas ações de mediação da informação articuladas à mediação cultural, como ações inter-relacionadas para a promoção e construção do conhecimento, ressignificando o dispositivo arquivo em um dispositivo cultural, integrante da esfera social, acolhendo, incluindo e promovendo as diversas manifestações culturais presentes no meio ao qual o arquivo atende.

Palavras-Chave: Instituições arquivísticas. Identidade. Memória. Mediação da informação. Mediação cultural.

Artigo recebido em 02/03/2021 e aceito para publicação em 15/04/2021.

¹ Professora Adjunto do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia e Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7692330654655603>. E-mail: ana.violista@gmail.com.

² Professora Adjunta do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFBA e Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7598251938338379>. E-mail: quelrosario@gmail.com.

³ Professora Titular do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFBA e Doutora em Educação pela UFBA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0013890432793373>. E-mail: henriettefgomes@gmail.com.

ABSTRACT

The archival institution, as an environment for mediation of information and mediation of culture, must contemplate the uniqueness of subjects who demand actions that reflect their experiences and relationships with information and their devices, in addition to seeking to represent elements of identity formation of these subjects, so that archival services can make sense to them. In this context, the study aimed to show, from the conceptions of information mediation and cultural mediation, the role of the archival institution and its practices in the recognition of the subjects' identities and in the contribution to social protagonism. As for the methodology, it is a bibliographic research that is guided by studies of identity and memory, establishing a close relationship with the concepts of information mediation and cultural mediation. Among the results, there was a need for the archivist to act beyond the documents that are in the collections, considering the process of identifying the different desires of users and present in the sociocultural context. It is reiterated that the archivist can carry out his actions of mediation of information linked to cultural mediation, as interrelated actions for the promotion and construction of knowledge, re-signifying the archive device in a cultural device, part of the social sphere, welcoming, including and promoting the diverse cultural manifestations present in the medium to which the archive serves.

Keywords: *Archival institutions. Identity. Memory. Information mediation. Cultural mediation.*

1 INTRODUÇÃO

A instituição arquivística é compreendida neste estudo como um ambiente de mediação da informação e de mediação da cultura que apoia a formação cognitiva, social e cultural dos sujeitos, com base na sua relação com os dispositivos que compõem os acervos arquivísticos que possibilitam, por meio da fruição, diferentes sentidos que ressignificam esse espaço informacional e cultural como um dispositivo de pertencimento dos distintos sujeitos formadores da sociedade. Assim, demanda-se dos mediadores a necessidade de ressignificar a instituição arquivística em um ambiente agregador, no qual os sujeitos sintam-se pertencentes e contribuam para o fortalecimento dos traços identitários, ao possibilitar o acesso e a apropriação das informações que fundamentam suas percepções e estado de liberdade individual e coletiva.

Tais práticas de mediação da informação e de mediação cultural inter-relacionam-se na promoção e na construção do conhecimento que contribui para ressignificar os dispositivos culturais constituintes da esfera social, uma vez que a mediação cultural objetiva promover diversas manifestações presentes no meio em que os sujeitos estão inseridos, enquanto a mediação da informação favorece o acesso e o uso da informação, por meio de ações de intervenções diretas e indiretas, a fim de proporcionar condições para que o sujeito se aproprie

das informações que acessa. Contudo, os processos de mediação devem considerar as singularidades dos sujeitos, na constituição de suas identidades e memórias individuais, que refletirão suas demandas informacionais.

Diante do exposto, o estudo teve como objetivo evidenciar, a partir das concepções da mediação da informação e da mediação cultural, o papel da instituição arquivística e de suas práticas no reconhecimento das identidades dos sujeitos e na contribuição para o protagonismo social. Quanto à metodologia, foi adotada a abordagem qualitativa, com o uso do método bibliográfico. Buscou-se a articulação dos aspectos teóricos, conceituais e analíticos que subsidiaram o estudo em tela.

Para tanto, teve como fundamento os estudos de Gomes (2014, 2016, 2017) e Almeida Júnior (2015), no que tange a mediação da informação e suas dimensões; de Bauman (1989) que discorre sobre a liberdade; de Perrotti (2017) que trata do protagonismo social; e de identidade defendido por Stuart Hall (2015). Assim como, os estudos de Fonseca (1998); Marteleto (2002) e Heynemman (1990) para contextualizar as questões pertinentes às instituições arquivísticas, dispositivo mediador abordado neste estudo.

2 A INSTITUIÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO AMBIENTE DE PERTENCIMENTO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O ambiente do arquivo, ao contrário do que se compreende no senso comum, como um ambiente afastado da dinâmica da vida, revela muito sobre essa dinâmica, além de se entrelaçar aos sujeitos sociais e instituições, no processo de construção dos traços identitários e constitutivos da sociedade.

Nessa perspectiva, ao considerar as premissas da teoria das três idades abordadas por Schellenberg (2006), vale ressaltar que esta comunicação focaliza nas instituições arquivísticas que salvaguardam a documentação permanente, por vincular-se com a proposta de uma mediação da informação que atua em favor do fortalecimento cultural e da preservação e disseminação da memória.

O arquivo como instituição é uma ideia que vem sendo construída desde os tempos antigos. Schellenberg (2006) afirma que os gregos valorizavam a importância da guarda de documentos.

Os arquivos como instituição, provavelmente, tiveram origem na antiga civilização grega. Nos séculos V e VI a.c. os atenienses guardavam seus documentos de valor no templo da mãe dos deuses, isto é, no Metroon, junto à corte de justiça na praça pública em Atenas. No templo conservavam-se os tratados, leis, minutas da assembleia popular e demais documentos oficiais. (SCHELLENBERG, 2006, p. 25)

Os documentos existiam para servir a administração do governo e o seu acesso era permitido apenas a um pequeno grupo da sociedade. Esse cenário é transformado a partir da Revolução Francesa, em 1789, em que a situação dos arquivos passou por uma mudança, ao reunir os documentos do Estado. (SCHELLENBERG, 2006). Com a centralização dos arquivos, a França passou a se preocupar com a guarda e o acesso aos documentos, momento em que foi aberto para toda a sociedade. Assim, a institucionalização do Arquivo Nacional da França deu origem ao primeiro arquivo público com possibilidade de acesso livre para a sociedade.

No contexto brasileiro, a instituição arquivística foi implantada com a criação do Arquivo Nacional, em 1838, com a função de salvaguardar os documentos públicos. (CORTÊS, 1996). Com a criação da Lei nº 8.159/91 - Lei de Arquivos - é explicitado o que compete às instituições arquivísticas públicas quanto a sua organização e administração, ao ter como função recolher e tratar os documentos públicos que já cumpriram a finalidade para a qual foram criados, disponibilizando acesso e garantindo o direito do cidadão à informação pública, como afirma Belloto (2014, p. 133):

[...] a sociedade faz dos arquivos públicos usos multifacetados, valendo-se dos seus documentos como registros fidedignos, necessários à vida civil, pessoal e profissional de seus integrantes, assim como lhe permitindo melhor compreender a identidade cultural de sua comunidade e a evolução da sua história, e o desenvolvimento das relações entre o cidadão e o Estado.

As instituições arquivísticas podem contribuir com a garantia de direitos e liberdade de informação ao favorecer o acesso aos documentos que estão organizados em seus acervos. Para tanto, essas instituições, além de cumprir as suas funções de recolhimento, gestão e acesso, preservam a memória de uma sociedade, uma vez que, os documentos materializam aspectos culturais de seus produtores.

Os traços socioculturais ficam evidenciados na compreensão de Marteleto (2002, p.103) que entende as instituições arquivísticas como “[...] instrumentos em ação para impor uma ordem, uma disciplina ou uma representação do poder, do outro ou de si próprio, por meio de mensagens, imagens, dados, informações que circulam no mercado de bens simbólicos ou culturais.” Tomando-se por base a reflexão apresentada por Marteleto (2002), entende-se que a instituição arquivística se constitui em um dispositivo sociocultural e que representa uma relação de poder estabelecida entre os sujeitos formadores da sociedade. As informações, os serviços, os produtos, a lógica de operação dessa instituição são pautados em relações que orientam, e no geral conduzem, a forma do sujeito relacionar-se com o seu meio e com os demais sujeitos sociais, podendo, a depender do fundamento que oriente suas atividades, representar um espaço para o exercício crítico e impulsionador de uma conduta ativa na sociedade.

Heynemman (1990), ao descrever o papel do Arquivo Nacional como instituição que tem o dever de oportunizar o exercício da cidadania por meio das práticas de preservação e disseminação da informação, enfatiza a relevância do arquivo ao contribuir para construção da memória coletiva “[...] nos diversos níveis e leituras possíveis, mesmo que esse acervo seja o registro dos atores oficiais é objeto de reconhecimento, crítica, interpretação e recordação [...]” (HEYNEMMAN, 1990, p. 69). Portanto, o arquivista mediador que nele atua deve buscar conhecer o perfil da comunidade usuária (real e potencial), na tentativa de reconhecer as nuances individuais dos sujeitos e de grupos sociais, de maneira que possa trazer contribuições significativas no convívio e no atendimento a esses usuários para que eles se apropriem da informação, transformem seu espaço social e si próprios.

Concorda-se com Fonseca (1998, p. 38), quando define a instituição arquivística como “[...] órgão responsável pelo recolhimento, preservação e acesso dos documentos gerados pela administração pública, nos seus diferentes níveis de organização.” Contudo, sem se restringir ao âmbito das instituições públicas, por se compreender que acervos documentais e as demandas de organização, acesso e uso de documentos arquivísticos estão presentes em diversas estruturas sociais. Dessa maneira, observa-se pela natureza de seu trabalho que as instituições arquivísticas são ambientes de mediação da informação que atuam por meio de ações de gestão e preservação documental,

para assegurar e mediar o acesso a itens documentais que registram as práticas e a existência das instituições sociais, bem como, carregam informações acerca dos traços socioculturais dos espaços geográficos e políticos ocupados por tais instituições.

Assim, neste estudo entende-se a instituição arquivística como um ambiente de mediação da informação e de mediação da cultura que apoia a formação cognitiva, social e cultural dos sujeitos com base na apropriação da informação. A mediação da informação é compreendida a partir do conceito defendido por Almeida Júnior (2015, p. 15), para quem essa é

[...] toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais – direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

A partir da reflexão realizada por Almeida Júnior (2015), percebe-se que a mediação da informação tem o objetivo de apoiar o sujeito para que ele se aproprie da informação. Para tanto, conforme o autor essa ação mediadora pode ocorrer de maneira direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva. Dessa maneira, destaca-se a necessidade de o mediador atentar para a singularidade dos sujeitos que demandam ações que contemplem suas experiências e relações com a informação e seus dispositivos, além de buscar contemplar elementos de formação identitária desses sujeitos, para que os serviços arquivísticos possam lhe fazer sentido. Assim, a relação entre sujeito, informação e dispositivos informacionais - entre eles a instituição arquivística - será baseada nos aspectos culturais que formam e constituem cada um desses elementos sociais.

Ao refletir acerca do objeto informação, Gomes (2016, 2017) a compreende e conceitua como conhecimento em estado de compartilhamento. Para a autora a informação é um produto do processo de comunicação, de compartilhamento social e público. Dessa maneira, a mediação da informação se caracteriza como ação viabilizadora do processo de interação, comunicação e compartilhamento, apoiando o encontro entre os diversos produtores do conhecimento, de forma que esses sujeitos possam exercer o compartilhamento,

a crítica e o debate, alcançando o processo de apropriação das informações que teve acesso por meio da ação mediadora.

Gomes (2014, 2016, 2017) defende que a efetividade da mediação da informação é consequência da ação consciente que permite o alcance de cinco dimensões da mediação da informação: a dialógica, a estética, a formativa, a ética e a política. Para a autora, quando se alcança as cinco dimensões de maneira articulada, a ação mediadora contribui com a apropriação da informação, por meio da qual o protagonismo social pode se desenvolver. Gomes (2014, 2016, 2017, 2019) assinala que quando a apropriação da informação ocorre, redimensiona o arcabouço de conhecimentos e saberes do sujeito, movendo-o a assumir uma posição de agente ativo que, além de se ressignificar, passa a atuar na transformação da sua realidade social. Ao sentir suas próprias mudanças e sua potência transformadora do meio, o sujeito se torna um protagonista. Ao experimentar a liberdade desse processo de construção e reconstrução de si e do meio, o sujeito se transforma em sujeito político, passando a lutar por ela, mas também para assegurar que esta seja um direito exercido por todos os sujeitos sociais.

Ao refletir sobre liberdade, em suas diversas especificidades no contexto social, Bauman (1989) afirma que ela é vivenciada em muitos momentos de maneira inconsciente pela sociedade. O autor pondera ainda que liberdade significa mais do que a “ausência de restrições”, pois para realizar ações com liberdade, também são necessários “recursos”. Nessa propositura, pode-se afirmar que a informação e seus dispositivos, se trabalhados por ações mediadoras conscientes, podem ser elementos contributivos à conquista do estado de liberdade social, visto que podem ser compreendidos como “recursos” que apoiam a conquista do protagonismo social, que atuará pela expansão e manutenção desse estado de liberdade.

Para tanto, é preciso questionar sobre o acesso aos “recursos” citados por Bauman (1989) e, no contexto informacional, como ocorre o acesso à informação e aos dispositivos que permitem o compartilhamento, o debate, o exercício da crítica e, conseqüentemente, a sua apropriação. Pode-se afirmar que o acesso à informação ainda enfrenta obstáculos para efetivamente se caracterizar como um direito universal, em especial frente ao fato de que, enquanto as elites sociais dominam os meios necessários para efetivá-lo, as grandes massas sociais estão

excluídas e colocadas à margem das condições dignas de vida, que incluem o exercício do direito de acesso à informação.

Entretanto, deve-se compreender que o mero acesso à informação não assegura a conquista da apropriação da informação. A potência de compartilhamento da informação por si só não assegura a interação em torno dela, não assegura o exercício da crítica, do debate, que são dependentes da mediação consciente da informação. Pode-se dizer que na mediação consciente da informação, o acesso subsidia o compartilhamento e a interação por meio dos quais passam a ocorrer as trocas objetivas e subjetivas necessárias ao acionamento das zonas de apropriação da informação, que conduz os sujeitos envolvidos na ação mediadora experimentar o estado de liberdade.

Nessa perspectiva, é preciso destacar o papel dos mediadores conscientes, tanto ao favorecer o acesso e uso da informação quanto ao apoiar a apropriação da informação, que proporcionará a formação consciente e o desenvolvimento de competências que possibilitem aos sujeitos uma condição atuante na interação e no exercício da crítica que favoreçam a apropriação da informação em situações futuras. Deve-se ainda problematizar a ação mediadora no exercício da *práxis*, capaz de conduzir o mediador a um processo de trânsito entre a mediação inconsciente para consciente a cada novo investimento de mediação, considerando que em novo contexto se deverá observar e compreender as particularidades e complexidades do novo contexto e dos grupos sociais nele envolvidos.

Retomando a construção argumentativa de Bauman (1989) sobre a liberdade, o autor afirma que conceitos como classe, poder, autoridade, cultura, educação, entre outros citados por ele, possuem em comum “[...] a ideia de uma pressão externa que estabelece os limites à vontade individual ou interfere na ação real (como distinta da intencional).” (BAUMAN, 1989, p.15). Ao relacionar essa afirmação com o contexto da informação, mais especificamente à mediação da informação, pode-se perceber a necessidade de o mediador realizar suas ações de maneira consciente para que não ultrapasse a linha tênue entre interferência - conforme proposto no conceito de mediação da informação por Almeida Júnior (2015) - e intervenção.

A mediação da informação, embora seja uma ação de interferência que apoia os sujeitos no processo de acesso, uso e apropriação da informação, deve

ser fundamentada pelo pensamento humanizador, de respeito ao sujeito e como uma ação cooperativa, que se faz com o outro, para que a apropriação represente o alcance ao estado de liberdade.

Os ambientes informacionais, a exemplo das instituições arquivísticas, devem existir para além do tempo histórico do sujeito mediador. Isso implica em que este planeje, execute e avalie suas ações mediadoras, de modo que estas se consolidem como conquistas do coletivo e que este assuma com o mediador da informação, em ações conjuntas a avaliação e redimensionamento delas. Dessa maneira, a mediação da informação nos dispositivos informacionais adquire o atributo de bem coletivo, sendo assegurado pelo coletivo o não desvio da sua meta principal que é o desenvolvimento do protagonismo social. Seja amanhã outro mediador, venham amanhã novos usuários a estarem envolvidos com ela, o protagonismo se manterá na centralidade dos seus objetivos como propulsor da conquista da liberdade. Assim, o mediador da informação deve buscar a conscientização de suas ações, como propõe Almeida Júnior (2015), mas evitando o controle, permitindo a flexibilidade e clareza sobre os procedimentos, possibilitando que os sujeitos se apropriem, com liberdade, das ações e dos dispositivos informacionais.

Na construção argumentativa de Bauman (1989, p. 101), ele afirma que “A liberdade é, portanto, uma bênção confusa. Precisamos dela para sermos nós próprios; mas sermos nós próprios apenas pela força da nossa opção livre, significa uma vida cheia de dúvidas e de receios de errar.” Ao se tornar um protagonista, se toma posição, se faz escolhas, o que inevitavelmente coloca o sujeito diante da necessidade de assumir as responsabilidades pela posição que escolheu adotar. Nesse sentido é que Gomes (2016, 2017, 2019) insiste na necessidade do exercício da *práxis*, que se faz com a participação do outro, de modo que se estabeleçam consensos possíveis e a promoção de ajustes que contemplem o interesse coletivo por meio da mediação consciente. Desse modo, o erro é muito mais uma oportunidade de revisão e avanço do que derrota e frustração, contudo isso só é possível na interação, cooperação e exercício crítico que envolve o outro.

Quando os sujeitos na ação coletiva desenvolvem um olhar crítico em relação à dinâmica dos dispositivos sociais e com eles interferem em suas realidades, passam a agir com liberdade sobre suas escolhas, escolhas estas

que superam os limites dos interesses particulares e individualista. Desse modo, as escolhas são feitas à luz dos interesses e necessidades do coletivo. Portanto, os sujeitos alcançam o exercício da liberdade, contudo uma liberdade comprometida com o coletivo, já que na condição de protagonistas sociais estes passam a colocar o interesse público em primeiro plano das suas escolhas. Não há protagonismo sem a opção pelo social, sem a luta em favor dos interesses da esfera pública e coletiva.

Nessa perspectiva, a informação é um dos recursos essenciais que, quando acessada e apropriada por meio da mediação consciente, possibilita e fundamenta as escolhas dos sujeitos, para que eles possam conquistar seu estado de liberdade, passando a atuar como protagonistas sociais que, nessa condição, também poderão atuar como protagonistas culturais.

Segundo Perrotti (2017, p. 15), protagonismo é “[...] uma dimensão existencial inextricável. Significa resistência, combate, enfrentamento de antagonismos produzidos pelo mundo físico e/ou social e que afetam a todos.” Ao realizar uma aproximação com a afirmação apresentada por Bauman (1989), em que o autor indica que a liberdade permite a originalidade das ações dos sujeitos, quer dizer “sermos nós próprios”, como também a aceitação da existência de dúvidas e da possibilidade de errar, pode-se afirmar que mesmo com a insegurança frente às ações de disputas e o enfrentamento ao antagonismo, individual ou coletivo, o protagonista não se abstém de (re)agir em prol daquilo que acredita, do apoio, da inclusão e da luta com outro, pelas mudanças sociais requeridas no meio.

A informação é um elemento que pode subsidiar as ações conscientes demandadas pelos diversos contextos aos quais estão integrados os sujeitos, adquirindo um *status* mais assertivo quando o seu encontro com os sujeitos se dá por meio da mediação consciente. Neste caso, o encontro com ela tenderá a oportunizar mais o (re)conhecimento de si, por parte dos sujeitos do encontro, que, ao tempo em que se apropriarão da informação, também compartilharão os vestígios materializados sobre sua identidade, valores e memória. Frente a essa dinâmica sociocultural, as instituições arquivísticas medeiam informações e, como outros dispositivos de mediação da informação, também possuem um papel crucial de estimular a materialização dos vestígios das identidades, dos valores e das memórias, enfim a produção de cultura. Isso, portanto, indica que

a mediação da informação deve envolver articuladamente a mediação cultural, contribuindo com o desenvolvimento do ato criativo, importante na constituição de um sentimento de pertencimento que impulsiona ainda mais a ação protagonista.

Por outro lado, ao se considerar que a mediação da informação deve contemplar a mediação cultural, no exercício da *práxis* para a mediação consciente, a observação e a escuta sensíveis devem buscar a focalização das identidades dos sujeitos envolvidos na ação mediadora, para que se possa compreender a diversidade de nuances que as constituem, procurando prospectar pontos estimuladores da produção de cultura por parte deles.

3 AS NUANCES DAS IDENTIDADES DOS SUJEITOS NA PERSPECTIVA DA DIMENSÃO CULTURAL DA INSTITUIÇÃO ARQUIVÍSTICA

No âmbito da Ciência da Informação, como também da Biblioteconomia e da Arquivologia, são desenvolvidos estudos dos perfis de usuários com o intuito de atender suas necessidades informacionais. Entretanto, é preciso refletir que esses sujeitos possuem características identitárias distintas, mesmo pertencentes a um segmento específico da sociedade. Os sujeitos sociais não devem ser vistos e compreendidos apenas por uma das identidades que possui em sua atuação social, mas como um ator que se transmuta, exercendo diversos papéis, em contextos distintos.

Para Stuart Hall (2015, p. 12), “A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.” Ou seja, o sujeito está em permanente interação com o contexto sociocultural que também é movente, de maneira que as transformações influenciam tanto na constituição das identidades desses sujeitos quanto nas estruturas e práticas sociais. Isso ocorre em especial porque o sujeito moderno já não é um sujeito unificado e sim fragmentado. Esse aspecto social foi reconhecido como “crise de identidade”, que para Stuart Hall (2015, p. 9), “[...] é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.”

A partir dessa reflexão apresentada pelo autor, fica explícito que é necessário considerar os elementos constituintes da identidade de cada sujeito, reconhecendo que este traz consigo traços representativos de sua crença, ideologia, cultura e, sobretudo, de suas experiências com o real.

Oliveira (2003, p. 118) afirma que “[...] a noção de identidade contém duas dimensões: a pessoal (ou individual) e a social (ou coletiva).” Sobre esta última, compreende que o indivíduo “[...] não pensa isoladamente, mas através de categorias engendradas pela vida social.” (OLIVEIRA, 1976, p. 33).

Dessa maneira, esses aspectos devem ser observados e contemplados nas políticas das instituições arquivísticas, com o intuito de garantir que a mediação da informação, seja ela implícita ou explícita, atenda às distintas necessidades e expectativas dos usuários, para que estes interajam e dialoguem intensamente com sujeitos envolvidos na ação mediadora e com os itens informacionais, de modo que possam se apropriar das informações, avançando em direção da produção de cultura, como também da transformação do seu meio, passando a atuar como protagonistas sociais.

Neste ponto, é válido apresentar o termo cultura, em seu sentido *lato*, que pode ser compreendido como

[...] um conjunto de elementos que são incorporados pelo homem que vive em sociedade e, também aqueles, que são construídos a partir de sua inteligência, envolvendo seus gostos e comportamentos, posições e discursos, características e divergências, contextos e meio social. (SILVA; SANTOS NETO, 2017, p. 31).

Na compreensão de cultura nessa perspectiva, destaca-se o quanto é relevante que o agente mediador considere o ambiente social e o conhecimento presente na estrutura sociocultural, porquanto, isso favorece o processo de mediação para o uso dos artefatos informacionais, auxiliando os sujeitos a gerarem significação e sentido. (SOUSA; SANTOS, 2019). O mediador da informação deve interferir de maneira consciente, considerando os signos e os significados existentes no seu meio de atuação, de modo a subsidiar que os usuários possam se reconhecer como produtores de novas informações sobre esse meio.

O arquivista como mediador da informação interage com os sujeitos e os espaços socioculturais, essa aproximação pode favorecer que os usuários

passem a compreender os dispositivos que estão organizados no acervo, como um conjunto de elementos que foram validados pela sociedade em determinado tempo histórico e apenas por meio desse sentido esses dispositivos ganham uma permanência ao longo do tempo, sendo representativos da memória e identidade desses produtores. Nesse contexto, é preciso que os arquivistas aproximem os sujeitos dos dispositivos que narram as histórias de luta, perdas e ganhos e de superação de seus antepassados. Nessa conjuntura, passam a compreender e fazer compreender que por meio de tais dispositivos poderão torna-se possível compreender as demandas sociais que são apresentadas no presente, representando um passo importante para ressignificá-las.

O arquivista deve atuar para além dos documentos que estão nos acervos, considerando o processo de identificação dos diversos anseios dos usuários e presentes no contexto sociocultural. A mediação consciente da informação considera também as reações que são singularmente acionadas na fruição dos acervos das instituições arquivísticas, pois esses documentos também narram a história e refletem a memória dos sujeitos sociais e do seu meio. Assim, no esforço de perceber os diferentes sentidos atribuídos pelos sujeitos, o mediador da informação poderá ressignificar o espaço informacional e torná-lo um dispositivo de pertencimento dos distintos sujeitos formadores da sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instituição arquivística é um ambiente de mediação da informação e da cultura que potencialmente tem condições de vir a apoiar a formação cognitiva, social e cultural dos sujeitos. Essa condição coloca como desafio aos arquivistas admitirem e trabalharem sua condição de mediadores da informação, capazes de atuar na ressignificação da instituição arquivística, de modo a transformá-la em ambiente agregador, no qual os sujeitos podem ir ao encontro da informação e se sentirem pertencentes a ele, o que favorecerá não apenas o acesso, mas também a apropriação da informação, conquistando seu estado de liberdade, assumindo conscientemente se posicionar como sujeito político em favor do interesse público, se desenvolvendo e exercitando seu protagonismo social.

Enquanto mediador da informação, o arquivista pode realizar suas ações de mediação articuladas à mediação cultural, como ações inter-relacionadas para a promoção e construção do conhecimento, ressignificando o dispositivo arquivo em um dispositivo cultural, integrante da esfera social, acolhendo, incluindo e promovendo as diversas manifestações culturais presentes no meio ao qual o arquivo atende.

Os processos de mediação desenvolvidos devem considerar as singularidades dos sujeitos, suas identidades e memórias, que de algum modo exercerão influência em suas demandas informacionais.

Para tanto, o trabalho do arquivista mediador deve se orientar pelo fundamento da mediação da informação e suas dimensões, considerando as questões ligadas a liberdade de pensamento, expressão e posicionamento articulada ao debate e exercício coletivo da crítica, que assegura que os interesses da esfera pública sejam mais centrais que aqueles estritos à esfera privada. Desse modo, a mediação da informação se faz consciente e vinculada à construção humanizadora do social.

Nesse sentido, na atuação o sujeito mediador precisa manter-se permanentemente no exercício da *práxis*, planejando, executando e avaliando suas ações quanto às suas condições de avanço na consolidação das conquistas do coletivo.

Dessa forma, a mediação consciente da informação em dispositivo informacional faz com que este alcance o atributo de bem coletivo, fundamental ao desenvolvimento do protagonismo social, onde nas interações geradas pela mediação, os sujeitos participantes da ação mediadora também vivem o processo de conscientização, colocando-se como sujeitos políticos que fazem a opção pelo social e pelas lutas em favor dos interesses da coletividade. Assim, a mediação consciente fundamenta e, portanto, possibilita que os sujeitos envolvidos conquistem seu estado de liberdade e sua condição de protagonistas sociais, incorporando a condição de protagonistas culturais. Para tanto, na mediação consciente, se deve considerar os elementos constituintes da identidade dos sujeitos envolvidos na ação. Isso implica em se considerar os signos e os significados existentes no contexto, possibilitando que os usuários se reconheçam como produtores de informação e cultura.

Por fim, se propõem que o arquivista atue para além dos documentos que integram os acervos, considerando também os anseios dos usuários, assim como aqueles manifestados pelo contexto sociocultural. Ao perceber a diversidade de interesses e sentidos atribuídos pelos sujeitos ao dispositivo arquivo e seu acervo documental, o mediador consciente da informação terá condições de ressignificar esse espaço informacional, transformando-o em um dispositivo de mediação da informação pertencente aos diferentes sujeitos que integram a sociedade a qual está ligado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: Abecin, 2015. p. 9-32.

BAUMAN, Zygmunt. **A liberdade**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 447p.

CORTÊS, Maria Regina Persechini Armond. **Arquivo público e informação**: acesso à informação aos arquivos públicos estaduais do Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-96UPHB>. Acesso em: 12 mar. 2021.

FONSECA, Maria Odila Kahl. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jun. 1998, p.33-44.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio./ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994>. Acesso em: 26 mar. 2020.

GOMES, Henriette Ferreira. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. *In*: MORIGI, Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida. (org.). **Epistemologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 91-107.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação consciente da informação; categoria fundante ao protagonismo profissional e social. **O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**.

Florianópolis: Rocha; Nyota, 2019, v. 1, p. 187-206. Disponível em: <https://www.nyota.com.br/>. Acesso em: 27 abr. 2020.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 27-44.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HEYNEMANN, Cláudia. Pesquisando a memória: o Arquivo Nacional entre a identidade e a história. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.4/5, n.1/2, jan./jun. 1990.

MARTELETO, Regina Maria. Conhecimento e Sociedade: Pressupostos da Antropologia da Informação. *In*: AQUINO, Miriam de Albuquerque (Org.). **O Campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (Org.). **Informação e Protagonismo Social**. Salvador: EDUFBA, 2017. v. 1. cap. 2.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional.